

Você tem uma nova

NEWS Letter

Construção



INFORME DA
Construção



Nota do Editor

Prezado Leitor,

A construção civil segue em constante transformação, e acompanhar suas novidades é essencial para o exercício da atividade profissional, para a tomada de decisões estratégicas ou simplesmente para manter-se bem informado sobre o setor.

O setor atravessa um período de ajustes e adaptação, marcado por desafios econômicos, mas também por oportunidades relevantes. O custo dos insumos continua sendo um ponto de atenção, exigindo das empresas maior rigor no planejamento e no controle orçamentário.

Paralelamente, observa-se uma demanda moderada por obras residenciais, comerciais e de infraestrutura, impulsionada por projetos pontuais, investimentos privados e programas específicos. Nesse contexto, a busca por eficiência operacional, redução de desperdícios e cumprimento de prazos tornou-se ainda mais estratégica.

A adoção de novas tecnologias, como sistemas construtivos industrializados e ferramentas modernas de gestão, vem se consolidando como um importante diferencial competitivo. Além disso, temas como sustentabilidade, segurança do trabalho e qualificação da mão de obra permanecem no centro das discussões do setor.

Mesmo diante de um cenário econômico desafiador, a construção civil continua sendo um dos pilares da economia brasileira, com papel fundamental na geração de empregos e no desenvolvimento do país.

Da mesma forma, a economia brasileira atravessa um momento de atenção e ajustes, com impactos diretos no consumo, nos investimentos e no custo de vida da população. Entre os temas em destaque estão inflação, taxa de juros, câmbio, consumo das famílias, desempenho de segmentos da indústria

e dos serviços, além dos indicadores de emprego e desemprego.

O Brasil também permanece fortemente influenciado pelo cenário econômico global, pelas variações do dólar e pela demanda internacional por commodities — fatores que afetam diretamente as exportações e a formação de preços internos.

Você já recebe o Informe da Construção mensalmente. Agora, passará a receber a nossa Newsletter, um boletim informativo enviado regularmente, com conteúdo sobre construção civil e economia brasileira, trazendo análises, informações relevantes e os principais acontecimentos que impactam esses setores.

Boa leitura!

O Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi), calculado pelo IBGE, apresentou variação de 0,51% em dezembro, ficando 0,26 ponto percentual acima da taxa do mês anterior (0,25%). Com isso, o ano fechou em 5,63%, subindo 1,65 pontos percentuais em relação à taxa acumulada de 2024, 3,98%.

O Índice Nacional de Custo da Construção-M (INCC-M), calculado pela FGV, registrou alta de 0,21% em dezembro, abaixo da taxa de variação de 0,28% observada em novembro. Com esse resultado, o INCC-DI fechou 2025 com variação acumulada de 5,92%. O componente custo da mão de obra alcançou 8,98%.

O custo nacional da construção, por metro quadrado, que em novembro fechou em R\$ 1.882,06, passou em dezembro para R\$ 1.891,63, sendo R\$ 1.078,39 relativos aos materiais e R\$ 813,24 à mão de obra. A parcela dos materiais apresentou variação de 0,27%. Já a mão de obra registrou alta, subindo 0,74 ponto percentual em relação ao mês anterior. O resultado acumulado no ano de 2025 foi de 4,20% nos materiais, enquanto a parcela do custo referente aos gastos com mão de obra atingiu 7,63%.

Segundo especialistas, o aumento dos custos com mão obra reflete um cenário que tem afetado o setor nos últimos anos: a escassez de trabalhadores. Como o mercado de trabalho seguirá pressionado, novamente os custos com deverão subir acima da inflação esperada para o ano de 2026.

O PIB da construção deverá registrar uma taxa de crescimento entre 1,5% e 2% em 2025, apresentando com isso uma desaceleração em seu ritmo de crescimento. O ritmo deverá ser retomado em 2026, estimando-se que o PIB do setor cresça 2,7% em 2026. As projeções foram apresentadas por Ana Maria Castelo, coordenadora de Projetos da Construção do FGV/Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) revisou de 2,3% para 1,3% a projeção de crescimento do setor em 2025. Segundo a entidade, a retificação reflete os efeitos do ciclo prolongado de juros altos, que tem limitado o ritmo das atividades da construção.

O Banco do Brasil publicou, em 15 de janeiro de 2026, o Edital de Chamamento Público nº 2026/0001 (4011), que trata da formação de um banco permanente de empresas do setor da construção qualificadas para atuação em empreendimentos habitacionais vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida. O objetivo do edital é habilitar empresas aptas a apresentar propostas, quando convidadas, para a conclusão de obras e/ou finalização da infraestrutura de empreendimentos, bem como para a respectiva legalização, em imóveis adquiridos pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

Segundo apurado junto a especialistas, as dificuldades do ajuste fiscal pelo governo, combinado com os elevados juros praticados no mercado, devem seguir impactando o cenário da construção civil no país, bem como o crescimento das obras do Programa Minha Casa Minha Vida maiores recursos do FGTS disponibilizados e dos investimentos dos Estados e aumento dos recursos da infraestrutura.

Em decisão tomada em 18 de dezembro, o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), reajustou os tetos dos valores dos imóveis financiados pelo programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) para as faixas 1 e 2. A medida, fruto de demanda apresentada pela entidade, beneficia 75 municípios com cerca de 51,8 milhões de habitantes, especialmente em municípios das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. A medida passa a valer a partir de janeiro de 2026. Com o reajuste, o valor máximo do financiamento imobiliário vai variar entre R\$255 mil e R\$270 mil, dependendo do porte e do tamanho da população do município.

Medidas tomadas pelo governo Lula para turbinar ainda mais o programa Minha Casa, Minha Vida em 2025 impulsionaram o mercado imobiliário. Antes mesmo de o ano acabar, no acumulado até outubro, o setor bateu recorde de lançamentos, segundo levantamento da Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras) com a Fipe. Foram 161.709 novos imóveis até outubro, uma elevação de 34,6% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Os preços dos imóveis residenciais novos pesquisados em dez capitais do país evoluíram 1,11% em novembro. Além de São Paulo, os preços aumentaram em novembro em: Recife (2,19%), Curitiba (2,13%), Salvador (2%), Porto Alegre (1,49%), Goiânia (1,13%), Fortaleza (1,01%), Brasília (0,89%), Belo Horizonte (0,56%) e Rio de Janeiro (0,29%). Os dados são do IGMI-R (Índice Geral de Preços do Mercado Imobiliário Residencial), da Abecip (Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança).

O mercado de luxo no Brasil, historicamente concentrado nas grandes capitais, está passando por mudanças. Cidades do interior, antes vistas apenas como alternativas mais tranquilas às metrópoles estão se consolidando como verdadeiros polos de consumo sofisticado. Exemplos clássicos como Balneário Camboriú, e Sorriso, no Mato Grosso, que já chegou a vender R\$ 500 milhões em apenas 15 minutos, além de Xangri-Lá, cidade do Rio Grande do Sul com pouco mais de 15 mil habitantes que, neste ano, deve superar a marca de R\$ 2 bilhões em Valor Geral de Vendas (VGV), têm mostrado que a tendência é clara: o luxo está se interiorizando.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de dezembro teve alta de 0,33%, 0,15 ponto percentual (p.p.) acima da taxa de 0,18% registrada em novembro. À exceção do grupo Habitação, com queda de 0,33%, os demais grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta em dezembro. A maior variação (0,74%) e o maior impacto (0,15 p.p.) vieram do grupo Transportes, seguido, em termos de impacto, por Saúde e cuidados pessoais, com alta de 0,52% e 0,07 p.p. O grupo Artigos de residência (0,64%) teve a segunda maior variação em dezembro, após o recuo de 1,00% registrado em novembro.

Quanto ao resultado da inflação em 2025, com a incorporação do resultado de dezembro, observa-se que, no acumulado de 2025, a faixa de renda baixa registrou a menor variação inflacionária (3,8%), ao passo que a renda alta apresentou a maior taxa (4,7%). Nota-se, ainda, que, na comparação com 2024, houve descompressão inflacionária nas cinco primeiras faixas de renda e pressão inflacionária adicional no segmento de renda alta.

O ambiente inflacionário brasileiro apresenta sinais claros de arrefecimento ao longo de 2025, embora ainda permaneça desafiador. Após um período marcado por pressões intensas, a trajetória recente do IPCA revela um processo de desinflação mais consistente, tendo a inflação acumulada em doze meses retornado ao intervalo de tolerância da meta. No entanto, os núcleos de inflação seguem acima do centro do objetivo estabelecido e as expectativas permanecem desancoradas, indicando que ainda há incertezas quanto à sustentabilidade desse movimento.

O Banco Central divulgou o Relatório de Política Monetária (RPM) referente ao último trimestre de 2025. A projeção de inflação permanece acima de 3,0% até o final de 2027, convergindo para a meta no início de 2028.

O comitê também elevou a estimativa para o crescimento do PIB. Para 2025, a expectativa passou de alta de 2,0% para 2,3%. Já para 2026, a projeção subiu de 1,5% para 1,6%.

Para 2026, manteve a projeção de crescimento do PIB em 1,7%, com viés de alta, à luz da possível adoção de medidas fiscais e parafiscais de caráter contracíclico, que podem mitigar a desaceleração da atividade. Soma-se a isso um potencial desempenho mais robusto do que o antecipado do crédito, tanto para pessoas físicas quanto pessoas jurídicas, considerando os dados mais fortes na margem.

O Copom – Comitê de Política Monetária do Banco Central, continua ganhando confiança de que a atual estratégia de política monetária está surtindo efeito. O cenário evoluiu de

forma favorável ao longo dos últimos meses, com sinais de desaceleração da atividade, incipientes de desaquecimento do mercado de trabalho e melhora qualitativa da inflação. As projeções de inflação para o horizonte relevante recuaram aproximando-se da meta de inflação. Ainda assim, a comunicação recente indica um Banco Central cauteloso, sem pressa para iniciar a flexibilização e mantendo postura dependente dos dados. Tal comunicação estabelece uma barra mais alta para o início de cortes em janeiro, indicando que seria necessária uma apreciação da moeda frente aos patamares atuais e/ou uma melhora adicional do conjunto de dados. O mercado manteve a expectativa de um ciclo de afrouxamento monetário em 2026, levando a Selic para 12,75% a.a. mesmo que o início do ciclo de cortes possa ser postergado para março.

Segundo o mercado, quanto ao crescimento da economia brasileira em 2026, os fundamentos apontam na direção de menor crescimento no ano que vem. Mesmo diante da expectativa de início do corte da taxa Selic em 2026, os juros irão permanecer restritivos ao longo do ano e seus efeitos defasados continuarão pesando sobre a atividade econômica.

O mercado financeiro manteve a projeção para a taxa de câmbio em R\$/US\$ 5,50 para 2026. Para 2027, projetou R\$/US\$ 5,70. O cenário externo mais benigno, com expectativa de mais cortes na taxa de juros americana e de um enfraquecimento adicional do dólar no ano que vem, em condições normais abriria espaço para um real mais apreciado. No entanto, fatores domésticos limitam tal movimento.

A produção industrial, indicando perda de fôlego, ficou estável em novembro, pouco abaixo do consenso que esperava leve alta de 0,1% na margem. Em relação ao mesmo período do ano passado a indústria recuou 1,2%.

A taxa de desemprego atingiu 5,2% no final de novembro, abaixo da expectativa do mercado. A queda da taxa de desemprego foi resultado do aumento do emprego, revelando um mercado de trabalho mais resiliente, impulsionado pelo aumento do emprego formal com estabilidade no setor informal, juntamente a uma taxa de participação relativamente estável.

O mercado de trabalho brasileiro segue em terreno favorável, mas começa a dar sinais de acomodação, em linha com um quadro macroeconômico de atividade mais moderada. Segundo os dados mais recentes da PNAD Contínua, a população ocupada atingiu o patamar recorde de 102,4 milhões de pessoas no trimestre móvel encerrado em julho de 2025 e, desde então, passou a mostrar leve recuo.